

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 235, III, “d”, 7, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do PL 5343/2020, que “institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências”, da pauta da Ordem do Dia desta Sessão.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso aprofundar o debate sobre o PL 5343/2020, que cria a Lei de Responsabilidade Social, trazendo a Frente Parlamentar em Defesa da Renda Básica, e levando em consideração mais três proposições que tratam do mesmo tema: o **PL 6072/2019**, da deputada Tabata Amaral (PDT/SP); o **PL 4106/2020**, do Senadores Rogério Carvalho (PT/SE), Jean Paul Prates (PT/RN), Paulo Paim (PT/RS), Paulo Rocha (PT/PA), Jaques Wagner (PT/BA), Humberto Costa (PT/PE) e da Senadora Zenaide Maia (PROS/RN); e o **PL 4194/2020**, do senador Paulo Paim (PT/RS),.

A necessidade de um amplo debate, envolvendo as duas Casas do Congresso Nacional, se torna premente diante da decisão recente do STF, que determinou que o governo federal implemente, a partir de 2022, o pagamento do programa de renda básica de cidadania para os brasileiros em situação de extrema pobreza e pobreza.

A solicitação de retirada de pauta para a realização de audiências públicas atende, igualmente, pedido do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), entidade que conhece sobremaneira as

demandas à assistência social nos territórios onde a rede de proteção social é mais necessária.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2021.

Senador Paulo Rocha
(PT - PA)
Líder do PT

